

# Comissão mantém estabilidade que Cabral propôs

Brasília — Luiz Antônio

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização decidiu manter a estabilidade no emprego de acordo com a redação do projeto do relator Bernardo Cabral, rejeitando por ampla margem — 64 a 29 — a emenda popular patrocinada por empresários gaúchos que foi defendida pelo deputado Darcy Pozza (PDS-RS). O resultado foi comemorado com palmas e gritos pela esquerda, que obteve com ele sua mais importante vitória, até agora, na Sistematização.

A emenda de Pozza, apoiada pela Confederação Nacional da Indústria e repudiada pelas centrais sindicais dos trabalhadores, permitia a demissão de trabalhadores com pagamento de indenização proporcional ao tempo de serviço. Nos últimos dias, parecia reunir o apoio da maioria do plenário, assustando a liderança do PMDB, que preferiu tentar um acordo em torno do texto do primeiro substitutivo de Cabral, mais moderado.

Confiando na vitória e demonstrando competência, os partidos de esquerda e o MUP (Movimento de Unidade Progressista, dissidência de esquerda do PMDB) derrotaram a proposta da liderança do PMDB e forçaram a radicalização das posições para atrair seu apoio. A firme atitude de Bernardo Cabral na defesa de seu substitutivo também repercutiu muito no plenário.

No encaminhamento da votação, o deputado Néilton Friedrich, do MUP, com o programa do partido na mão, lembrou os compromissos do PMDB com a bandeira da estabilidade. "Este é o nosso catecismo e foi com ele que pedimos votos ao eleitor", disse. A liderança do partido, imprensa, não teve outro caminho senão o de seguir a ala esquerda.

Surpreendendo o plenário, o deputado Konder Reis (PDS-SC), um conservador, fez em nome do relator uma defesa apaixonada do substitutivo, ressaltando seu equilíbrio. Encaminhou a favor da emenda Darcy Pozza o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que é empresário e se mostrou inseguro e nervoso.

□ O texto original de Cabral, alterado apenas para abranger os trabalhadores rurais, é o seguinte:

"Além de outros, são direitos dos trabalhadores: A nova redação desse caput, única alteração que tinha sido aprovada até o início da noite, por 92 votos — só o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) votou contra —, ficou assim: "São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros, que visem à melhoria de sua condição social:..."

I — garantia de emprego, protegido contra despedida imotivada, assim entendida a que não se fundar em:

a) contrato a termo, nas condições e prazos da lei;

b) falta grave, assim conceituada em lei;

c) justa causa, fundada em fato econômico intransponível ou tecnológico ou em infortúnio da empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho (...)"

## PFL dividido puxa moderados do PMDB

O PFL dividiu-se, com dez votos contra a emenda defendida por Darcy Pozza. Quando o senador Carlos Chiarelli votou contra, a esquerda começou a comemorar e, daí em diante, cada voto não era recebido com palmas, instalando-se um clima de euforia no plenário.

A divisão do PFL, que deixou clara a tendência do plenário, puxou os moderados do PMDB. O partido votou unido. O líder do governo, Carlos Sant'Anna, confundiu-se, e a mesa anunciou seu voto como contrário à emenda; em meio a palmas, constrangido, ele retificou sua posição.

**Direito** — Os deputados Ricardo Izar (PFL-SP) e Luís Ignácio da Silva, Lula (PT-SP), foram os principais oradores da tarde, o primeiro condenando a estabilidade e o segundo defendendo a inclusão do princípio no texto constitucional. Ao defender a sua emenda, que acabou rejeitada por 54 votos contra 38, Lula disse que a estabilidade e a jornada de 40 horas, prevista no seu texto, eram "um direito do trabalhador". Izar afirmou que "a estabilidade é uma mentira, vai provocar desemprego".

Segundo Lula, até ontem, os integrantes da Sistematização tinham se entendido "muito bem, porque estavam sendo votados os princípios gerais e não estava em conflito o capital e o trabalho." E acrescentou: "Agora, estamos no capítulo da Ordem Social, ou seja, o pão-pão, queijo-queijo, e vamos saber, aqui, quem é a favor e quem é contra o trabalhador. Se o trabalhador não tem direito de pedir estabilidade e jornada de 40 horas semanais de trabalho, que direito então ele tem?"



Fogaça(E), Cabral, Konder Reis, D'Ávila, Afonso Arinos e Dornelles à mesa, na votação

## Relator briga pelo texto

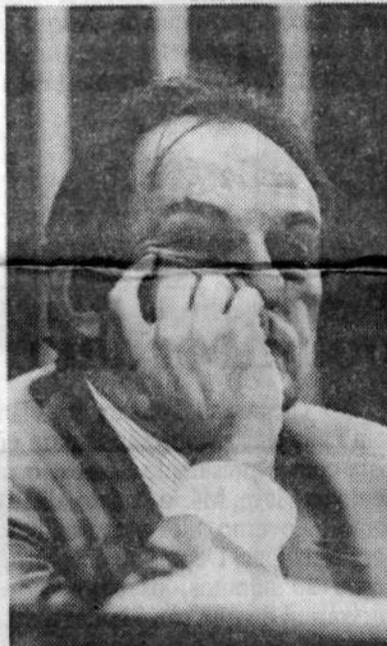
Brasília — Luiz Antônio

Com o desabafo de que não pode emprestar o nome "para brincadeiras", o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, defende com veemência a aprovação do texto integral do seu trabalho, na parte referente aos direitos dos trabalhadores, repetindo várias vezes ao plenário: "Não estamos narrando a História. Hoje é um dia muito importante, estamos fazendo a História. Tenho que marcar a minha posição e voto com o meu substitutivo."

Cabral explicou por que não abria mão de seu texto. "Promovi uma reunião entre dois líderes sindicais - Lula e Meneguelli - e dois representantes de empresários - o senador Albano Franco e Altenfeld, diretor da Fiesp. Depois de muitas horas de negociação, todos chegam à fórmula transcrita no meu substitutivo."

**Justificação** Continuando sua narração, Cabral disse que depois do encontro com os sindicalistas procurou ouvir o PMDB. "Conversei com meu partido, com todas as correntes nele existente. Depois procurei o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, e não houve em nenhum momento posições contrárias à forma como a estabilidade foi prevista no meu texto. Procurei ainda o ministro Almir Pazzianotto, pois queria sua opinião, como advogado sindicalista e como ministro."

O relato de todos os seus encontros, segundo Cabral, tinha como objetivo justificar o seu substitutivo. "Trabalhei um texto rigorosamente dentro do que ouvi de todas as partes. O segundo substitutivo, que está aí, foi elaborado depois que todos os líderes foram ouvidos. É por isso



Cabral: fórmula é consenso

que agora não posso admitir brincadeiras com o meu nome e defendo a minha proposta."

Bernardo Cabral disse que sua intervenção de ontem relatando com detalhes todas as conversações que envolveram os direitos dos trabalhadores foi apenas a primeira das que pretende fazer dando nomes daqueles que aceitaram o segundo substitutivo e agora tomam posição contra, como ocorreu no caso da estabilidade.

## Desde cedo, um dia movimentado

As negociações, que começaram cedo, envolveram não apenas as lideranças partidárias, mas também os presidentes da CUT, Jair Meneghelli; da CGT, Joaquim dos Santos Andrade; da CNI, senador Albano Franco; e da Fiesp, Mário Amato. E, às 17 horas, quando eles saíram do gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso, nenhum dos dois lados conseguia prever o destino da estabilidade no emprego.

Enquanto isso, o plenário da Sistematização vivia a sua mais agitada sessão, com muitas questões de ordem, pedidos de preferência, manobras regimentais e tentativas de obstrução. Desde o começo da manhã foram discutidas seis alternativas para a questão da estabilidade, que iam do estabelecimento de exceções para a garantia de emprego à demissão com pagamento de indenização proporcional ao tempo de trabalho e aviso prévio.

■ A tensão que marcou a votação refletiu-se bem numa discussão travada entre o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, e o senador José Richa (PMDB-PR). No fundo do plenário, Richa argumentava com Joaquinão que a concessão da estabilidade aos trabalhadores significaria a falência da economia. O presidente da CGT sustentava que a estabilidade é necessária. Não chegaram a um entendimento e mal Richa se retirou, Joaquinão disparou: "Esse discurso dele é pura falácia de empresário".

**Cesta isenta** — O lobby da agropecuária na Constituinte prepara nova ofensiva: vai pressionar para que conste no texto constitucional artigo garantindo isenção de impostos aos produtos que constituem a cesta básica de alimentos. Arroz, feijão, carnes, leite, ovos, óleo, açúcar, café e farinha teriam uma redução de 20% nos preços, se a proposta fosse aprovada, de acordo com os lobistas. Seus principais adversários são os governadores de estados eminentemente agrícolas, cuja receita depende desses impostos.

**Propaganda** — O governador Newton Cardoso classificou de "inconseqüência" a proposta apresentada por carta aos 56 constituintes mineiros, pelo presidente da TV Minas Cultural e Educativa, José Aurélio Redig, de se produzir um programa semanal de 45 minutos sobre as atividades da bancada, ao preço mensal de CZ\$ 3 milhões.

A carta, enviada por Redig aos deputados e senadores em setembro, foi publicada ontem pelo jornal *Estado de Minas*.